

TENSÕES E DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DOS CURRÍCULOS DE REFERÊNCIA NO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO

Marta Senghi Soares
Cristiane Leticia Nadaletti
Danielle de Sousa Santos
Michelle Chaves da Silva

RESUMO

O artigo propõe a discussão do processo de construção dos Currículos de Referência da Educação Básica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, e debate alguns desafios, limites e possibilidades que emergem desse processo, com foco na experiência em movimento nos cursos de Ensino Médio Integrado.

PALAVRAS-CHAVE: Educação e Trabalho, Currículo de Referência, Educação Profissional, Ensino Médio Integrado. Instituto Federal.

TENSIONS AND CHALLENGES IN CONSTRUCTION OF REFERENCE CURRICULUM IN THE FEDERAL INSTITUTE OF SÃO PAULOS

ABSTRACT

The article proposes to discuss the process of building the Reference Curriculum of the Basic Education at the Federal Institute of Education, Science and Technology of São Paulo. Debates the challenges, limits and possibilities that result from this process, focusing on the moving experience in Integrated High School courses.

KEYWORDS: Education and Work, Reference Curriculum, Vocational Education, Integrated High School. Federal System

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a experiência de construção dos Currículos *de referência* (CR) do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), iniciada no ano de 2018, sob coordenação da Diretoria de Educação Básica (DEB), vinculada à Pró-Reitoria de Ensino (PRE). O estabelecimento destes currículos tem se colocado como um importante desafio a ser enfrentado pela Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia, especialmente para os cursos técnicos integrados ao Ensino Médio (EMI)¹.

Currículos de referência foram definidos no IFSP como “elementos essenciais que estruturam os cursos do IFSP, compreendendo o conjunto de conhecimentos, saberes, habilidades profissionais e pessoais que compõem a formação do estudante” (RESOLUÇÃO N.37, IFSP, 2018).

A metodologia baseia-se na abordagem qualitativa, aqui entendida como uma forma de busca do conhecimento crítico, dos caminhos do processo científico, indagando e questionando acerca de seus limites e possibilidades. Compreende-se também que a pesquisa qualitativa contribui para a interpretação da realidade na medida em que se debruça sobre processos específicos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais. Neste caso, a preocupação básica do pesquisador é a estreita aproximação dos dados, de fazê-los falar da forma mais completa possível, abrindo-se à realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la (MARTINS, 2004).

É importante realizar uma observação metodológica: as reflexões aqui apresentadas embasam o relato de uma experiência em curso, portanto devem ser encaradas com a necessária rigorosidade. Os rumos desta experiência devem ser analisados na articulação entre os sujeitos envolvidos e o contexto sócio-político em que se inserem as políticas para a educação pública no país.

Nos limites deste trabalho serão apresentados alguns documentos institucionais, bem como intervenções e manifestações da comunidade que circunstanciam a elaboração destes documentos, ao mesmo tempo em que expressaram distintas visões sobre o processo em análise.

2. O CURRÍCULO INTEGRADO COMO PERSPECTIVA DE FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

¹ Esse processo no IFSP abrange os cursos técnicos na forma integrada ao Ensino Médio, incluindo a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, e cursos superiores de graduação.

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no segundo mandato do governo Lula, expressa a luta da classe trabalhadora contra os retrocessos das políticas públicas de educação profissional desenvolvidas nos últimos anos no Brasil. Sem dúvida, o fato de definir que esses institutos ministrassem, prioritariamente, cursos de educação profissional na forma integrada, gerou expectativas quanto ao enfrentamento da dualidade estrutural do ensino, especialmente na escola média, historicamente marcada pela divisão entre a formação estrita para o mundo do trabalho e a formação intelectual, destinada às classes dirigentes.

A forte atuação dos Institutos Federais nos cursos técnicos de nível médio na forma integrada vincula-se ao processo de reforma da educação profissional do início do século XXI. A promulgação do Decreto n. 5.154/2004 revogou o Decreto n. 2.208/97, que proibia a integração da educação básica com a educação profissional, inserindo novamente a perspectiva da formação politécnica e omnilateral no centro do debate educacional. Como ressaltam Frigotto; Ciavatta; Ramos (2012), os embates travados para a instituição do Decreto n. 5.154/2004 expressavam a correlação de forças existentes no período em torno da disputa pelo projeto de educação dos trabalhadores no Brasil.

É nesse sentido que o Decreto n. 5.154/2004 vai se constituir como um importante instrumento mobilizador até que um projeto nacional de educação para os trabalhadores pudesse ser efetivado. Assim, “[...] é um documento híbrido, com contradições que, para expressar a luta dos setores progressistas envolvidos, precisa ser compreendido nas disputas internas na sociedade, nos estados, nas escolas[...]” (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012, p. 26-27).

Concordamos com Ferreti (2011, p.791), que, muito embora exista grande expectativa de efetivação das reformas, no âmbito das instituições, há escolhas, mesmo que limitadas, que podem ser realizadas frente às políticas propostas. Desse modo, na leitura do autor, essas escolhas “[...] dependem das apropriações que a escola realiza das políticas propostas e das objetivações delas resultantes, as quais tomam a forma de práticas gestonárias e pedagógicas”.

Assim, ao debater o currículo nas instituições, é preciso ter clareza de que, mais que um conjunto de componentes curriculares, carga horária, tempos e espaços de ensino-aprendizagem, ele representa as disputas em torno de um projeto de formação, portanto, “Não é algo neutro, universal e imóvel, mas um território controverso e mesmo conflituoso a respeito do qual se tomam decisões [...]” (SACRISTÁN, 2013, p. 23). Dessa forma, o que e como ensinar ganham sentidos mais complexos no processo educativo quando analisamos quais modelos societários as instituições educacionais pretendem desenvolver.

A Lei n. 11.892/2008, ao mudar a institucionalidade das escolas técnicas federais, trouxe um conjunto de compromissos e tarefas que essas instituições precisavam colocar em prática, dentre as quais se destacam: oferta de cursos de educação técnica e tecnológica nos diversos níveis e modalidades de ensino, o fortalecimento do ensino de ciências em parceria com as redes públicas, o desenvolvimento da pesquisa e da extensão, considerando o cenário socioeconômico, os arranjos produtivos locais, as demandas sociais, a integração e verticalização do ensino, dentre outros (BRASIL, 2008).

A referida Lei prevê que no mínimo 50% das vagas dos Institutos Federais devem ser ofertadas na educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma integrada. A prioridade da forma integrada em relação às formas concomitante ou subsequente ao Ensino Médio revela a estratégia de vincular desenvolvimento econômico e elevação da escolarização dos jovens da classe trabalhadora, por meio da ampliação do acesso a uma educação pública gratuita e de qualidade. Sabe-se que o lugar de destaque do Ensino Médio integrado como política pública educacional é resultado de uma longa disputa em torno da relação entre Ensino Médio e educação profissional, tendo como centralidade a questão da politecnia. (SANTOS, et al, 2017, p.3)

Conforme Nadaletti (et al; 2019, p.5), o primeiro desafio enfrentado pelo IFSP foi a ampliação da oferta dos cursos de EMI, uma vez que, em 2012, dos 25 *campi* que compunham a instituição, apenas cinco os ofertavam. A partir da expressiva expansão pela qual o IFSP passou desde esse período, a gestão optou por uma política de priorização desses cursos, a nosso ver necessária, para que em 2017 todos os 36 campi ofertassem cursos de ensino médio na forma integrada ao ensino médio. A ampliação da oferta dos cursos de EMI apresentou um desafio ainda maior, qual seja o de construir Projetos Pedagógicos que “superem o dualismo alimentado de diversas formas, inclusive na segmentação do currículo, separando a formação geral e a formação profissional” (CIAVATTA, 2012, p.93 apud NADALETTI, 2019, p. 03).

2.1 Reorientação curricular nos cursos de educação básica do IFSP: disputando o currículo

Observa-se que os embates em torno do currículo ganharam maior impulso nos últimos anos após a segunda fase de expansão² da Rede Federal posto que, uma vez ampliados o número de *campi* e de cursos, o IFSP iniciou um processo de reorientação na organização dos currículos³. No ano de 2014, houve uma tentativa de reorientação

² Em 2005, o IFSP contava com 3 unidades, passando para 12 até 2012. Atualmente são 37.

³ Sabe-se que em 2012, a gestão realizou algumas tratativas junto aos coordenadores de cursos superiores com intenção de unificar os currículos, sem êxito.

curricular para os cursos da educação básica. Conhecido como “movimento de unificação curricular”, tinha como principal bandeira a padronização dos projetos pedagógicos de cursos de diferentes *campi* no tocante ao número e organização das disciplinas na estrutura curricular, cargas horárias e o tempo de oferta.

Na perspectiva dos trabalhadores em educação do IFSP, o novo ordenamento impediria que os projetos pedagógicos de curso permanecessem sendo elaborados nos *campi*, afetando a autonomia do trabalho dos docentes e desconsiderando as especificidades de cada *campus*. Além disso, o ideário do currículo único contrastava com a política da gestão empossada no ano de 2013, com a promessa de democratizar a gestão e, portanto, assegurar maior participação coletiva nos processos decisórios. Assim, apesar de estudos efetuados pela Diretoria de Educação Básica, não houve qualquer iniciativa junto aos *campi* do IFSP sequer para iniciar o processo de reorientação curricular.

Destacamos dois aspectos que contribuíram para uma maior reivindicação da comunidade interna no processo de discussão dos currículos: o primeiro, diz respeito à já citada segunda fase de expansão, que naquele momento já elevava o número de *campi* de três para vinte e oito unidades. O segundo relaciona-se à ampliação dos quadros de trabalhadores da educação, com destaque para a contratação do segmento docente para atuar nos cursos recém-implantados nos novos *campi*.

O processo evidenciou que rever os currículos requeria a reflexão coletiva sobre a identidade do IFSP. As resistências dos segmentos docentes, técnicos-administrativos e discentes modificaram o processo de discussão interna do currículo no IFSP, conforme podemos observar no posicionamento da gestão, após a realização do evento denominado *Identidade de Curso: o contexto do IFSP em debate* em fevereiro de 2015: “No que se refere ao processo de “unificação” iniciado em 2014 a DEB/PRE **posicionou-se em favor da autonomia dos *campus*** na elaboração de seus Projetos Pedagógicos de Curso[...]” (IFSP, 2015, grifos nossos).

O posicionamento da comunidade do IFSP em favor da autonomia na discussão de seus currículos, não significa que outras contradições, conflitos e disputas estejam presentes. Há uma parte da comunidade que resiste a toda e qualquer proposta de discussão acerca do currículo, seja por receio de perder espaço que ocupa no currículo existente, sejam aqueles que discordam das propostas de integração curricular nos cursos do EMI, principalmente pela força progressista que ela engendra.

O ano de 2015 constitui-se como marco no processo de discussão dos currículos dos cursos técnicos de nível médio na forma integrada, inclusive na Modalidade EJA⁴. Buscava-se elaborar uma proposta formativa para os cursos técnicos de nível médio que traduzisse a concepção de Ensino Integrado, expresso nos documentos orientadores da Rede Federal. Segundo Ramos (2008, p.16), o EMI apresenta os sentidos da omnilateralidade, que considera a formação “com base na integração de todas as dimensões da vida no processo formativo”; da integração, que considera a indissociabilidade entre Educação Profissional e Educação Básica; e, por fim, “a integração entre conhecimentos gerais e conhecimentos específicos, como totalidade”.

O debate sobre a reestruturação curricular no IFSP se originava também da necessidade de contribuir para a construção da identidade dos seus cursos, especialmente em razão da origem do Instituto Federal: outrora CEFET e Escola Técnica Federal⁵, mas também pelos desafios postos pela expansão de cursos e *campi*. Na leitura de Frigotto (2018, p. 131), construir a identidade da Rede Federal tem sido o maior desafio, em especial os IFs, dado que essas instituições, apesar de recentes, “[...] convivem com a memória de longa, média e curta duração. Juntam-se memórias de um século, de algumas décadas, e de menos de uma década”.

Nos anos de 2015 e 2016, para embasar a discussão do currículo no IFSP e a formulação diretrizes curriculares para os cursos técnicos de nível médio junto à comunidade escolar foram realizados os eventos: Ensino Médio Integrado: Meio ou Fim?, Percursos e perspectivas para o PROEJA no IFSP e Diálogos: Integração Curricular. Discutiram-se as especificidades do EMI, a integração curricular, os cursos da Modalidade EJA, as peculiaridades dos cursos técnicos de nível médio nas formas concomitantes ou subsequentes, os itinerários formativos, a prática profissional, entre outros.

Decorreu desse movimento a aprovação de diversos documentos norteadores, entre os quais destacamos a Resolução n. 40, de 02 de junho de 2015, que trata das diretrizes para os cursos na Modalidade EJA, e a Resolução n. 163, de 28 de novembro de 2017, que aprova diretrizes para os Cursos Técnicos de Nível Médio na forma Integrada ao Ensino Médio do IFSP. Pode-se afirmar que tais documentos norteadores ser dos *campi*⁶ a

⁴ Foram formados grupos de trabalhos nos *campi*, por Eixo Tecnológico, para discutir as concepções e diretrizes para os cursos técnicos de nível médio nas formas concomitante ou subsequente, mas estes não prosperaram.

⁵ O IFSP se origina historicamente com a Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo, posteriormente Liceu Industrial de São Paulo, Escola Industrial de São Paulo, Escola Técnica de São Paulo, Escola Técnica Federal de São Paulo e Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo.

⁶ A Instrução Normativa n. 03, de 04 de maio de 2015, regulamenta a Comissão para Elaboração e Implementação de Projeto Pedagógico de Curso (CEIC), como forma de ampliar a participação da

autonomia em relação à concepção e elaboração dos projetos pedagógicos de curso e expressavam o compromisso do IFSP com o projeto de educação profissional, público e de qualidade, ancorado nos princípios da formação integrada, centrado na articulação entre ciência, cultura e trabalho.

A Resolução n. 163/2017 nos interessa particularmente nesse artigo, pois além de explicitar fundamentos e princípios do Ensino Médio Integrado, também aponta questões da prática profissional – amplamente discutidas durante sua elaboração - e uma estrutura curricular com espaço privilegiado para a integração entre a formação geral e a formação profissional, visando à formação integral dos estudantes. Porém ainda durante o processo de discussão de tais Diretrizes foi retomada no Congresso Nacional a tramitação do PL 6.840/2013 que propunha alterações na Lei nº 9.394/96. O PL que propunha reformular a jornada escolar e a organização curricular, as condições de acesso ao ensino noturno e a formação docente trazia preocupações para toda a Rede Federal quanto aos possíveis impactos de sua aprovação para o funcionamento peculiar do Ensino Médio Integrado (EMI). Em setembro de 2016, o governo federal editou a Medida Provisória 746/2016 convertida na Lei 13.415/2017 após ser sancionada pelo presidente em 16 de fevereiro de 2017. As alterações propostas pela reforma do Ensino Médio ratificavam a urgência da reorientação curricular, especialmente para os cursos de EMI, como estratégia para fortalecer tanto a identidade dos cursos como da própria instituição.

Assinalamos que houve, por parte da DEB, maior acompanhamento e apoio aos *campi* – docentes e técnico-administrativos – para que os princípios e fundamentos do projeto de educação profissional e tecnológica pudessem ser discutidos durante a elaboração dos Projetos Pedagógicos de Curso.

No ano de 2018, o IFSP aprovou a Resolução n. 37, de 08 de maio de 2018, autorizando a construção de Currículos de Referência (CR) para os cursos EMI - Educação Básica - incluindo o PROEJA - e superiores de graduação.

Importa destacar que os documentos elaborados anteriormente foram de fundamental importância para a instituição da Resolução n. 37/2018, e desde que se mantivesse o caráter de construção coletiva, significaria ganho político para o IFSP na efetivação de políticas públicas comprometidas com a classe trabalhadora.

A Resolução 37/2018 evidencia o papel da comunidade do IFSP no processo de reorientação curricular, no caso do EMI, ao destacar que a discussão dos currículos deverá

comunidade interna dos *campi* na elaboração dos Projetos Pedagógico de Curso e acompanhar de forma mais sistêmica o desenvolvimento das políticas da Educação Básica no IFSP. É formada por docentes vinculados à formação geral e profissional, pedagogos, Técnicos-Administrativos (TAES) e representantes das coordenadorias de pesquisa e extensão.

garantir a participação efetiva de docentes, estudantes e técnicos-administrativos “ [...] tanto no sentido de promover um real entendimento do Ensino Médio Integrado e seus pressupostos, como para a construção de um currículo que vise a articulação entre Educação Básica e Profissional, sem valorização de uma em detrimento da outra [...]” .

Observa-se, entretanto, que a operacionalização da Resolução n. 37/2018 no IFSP não ocorreu sem conflitos. Conforme destacaremos na próxima seção, os desafios vão desde a construção coletiva da proposta metodológica até a mobilização nos *campi* dos IFSP dos principais atores envolvido no processo.

2.2 Tensões e desafios na construção do currículo

A partir da aprovação da Resolução 37/2018, a metodologia para a construção dos CRs previu espaços de discussão coletiva nos *campi*, a fim de, a partir da definição do perfil profissional de cada curso, identificar possibilidades de integração curricular, de interdisciplinaridade, da contextualização e da integração entre teoria e prática; da organização do núcleo articulador (entre formação básica e profissional), da construção dos itinerários formativos coerentes incluindo definição de conhecimentos, saberes, habilidades profissionais e pessoais essenciais para a formação dos estudantes⁷.

Outro elemento importante neste processo foi a constituição de um grupo de consultores técnico-pedagógicos especialistas em currículo, formado por servidores da instituição, para formar uma comissão de apoio e acompanhamento dos trabalhos para construção dos CRs.⁸ Tais consultores, como também a equipe da atual DIEB⁹, passaram a visitar as CEICs, no sentido de discutir nos *campi* o andamento dos trabalhos, e ampliar o apoio e o entendimento do que deveria ser feito¹⁰. Foi criado um grupo para apoio mútuo no qual as principais dúvidas eram socializadas e, quando possível, sanadas assim como apresentações, exemplos e soluções foram reunidos para uso do grupo. Durante as visitas as referências para o trabalho eram revisitadas, ressaltando que o currículo que está sendo posto em ação atualmente é sempre uma das referências, ou seja, não se desconsidera o trabalho já desenvolvido nos cursos até agora, mas é necessário dar um

⁷ Salientamos que foram realizados dois encontros com os coordenadores dos cursos, o primeiro com objetivo de discutir integração curricular em 2017 e o segundo em 2018 com foco na construção dos currículos de referência – referenciais e metodologia. Os Diretores Adjuntos Educacionais participaram de um encontro presencial em 2018 e algumas videoconferências a fim de, compreendendo a Resolução nº 163/2017 e a metodologia de trabalho proposta para o currículo de referência promover, junto às CEICs, a discussão necessária à elaboração participativa e coletiva dos currículos no âmbito do IFSP.

⁸ Os consultores técnico-pedagógicos foram selecionados por meio de chamada de edital, aberto aos servidores do IFSP, com formação e experiência na área de currículo.

⁹ Em 2019, a antiga DEB passou a denominar-se DIEB.

¹⁰ De modo geral, dois consultores visitaram cada *campus* uma única vez no período compreendido entre setembro e dezembro. As principais discussões foram relatadas e enviadas à DEB/PRE.

passo em direção a currículos que considerassem de fato as dimensões trabalho, ciência e cultura.

O resultado do processo de discussão de cada curso/*campus* seria encaminhado para a DEB e os consultores. Estes em conjunto com um Grupo de Trabalho constituído por professores representantes da formação geral e da formação específica – por eixo tecnológico e curso – consolidariam os relatórios e fariam uma proposta preliminar de referência para o currículo a ser apresentado e validado pela comunidade, após as intervenções que se julgassem necessárias.

Ocorre que, no final do ano de 2018, houve uma reestruturação na Pró-reitoria de Ensino do IFSP a qual, dentre outras mudanças, promoveu a junção das Diretorias de Educação Básica e de Graduação¹¹. Esta alteração impactou sobremaneira o trabalho em andamento para a construção dos CRs, tendo em vista que até então os processos de reorientação curricular para os cursos de educação básica e de graduação estavam sendo desenvolvidos separadamente pelas respectivas diretorias, em razão das suas especificidades pedagógicas, legais e administrativas.

Em termos de orientação político-pedagógica, observou-se uma alteração na orientação para a construção dos CRs. Tal mudança recolocou a contradição já evidenciada anteriormente no interior da comunidade do IFSP em relação à unificação ou autonomia para a elaboração dos currículos. Viu-se então, do ponto de vista da gestão, a necessidade do estabelecimento de diretrizes para a elaboração dos CRs dos cursos da Educação Básica e de Graduação.

A despeito das discussões que prevaleciam até então, a versão da primeira minuta disponibilizada para consulta da comunidade indicava que “O Currículo de Referência deve ser composto por, no mínimo, 70% dos componentes curriculares essenciais, considerando a carga horária mínima de cada curso prevista em Lei”¹².

Entre as muitas contribuições da comunidade do IFSP acerca da referida minuta, observou-se posicionamento hegemonicamente contrário à proposta de unificação curricular (70% do currículo) e da definição prévia de carga horária para os componentes curriculares. O principal argumento que sustentou este posicionamento foi a retirada de autonomia dos *campi* para a construção dos projetos pedagógicos de curso e os limites de diálogo com o arranjo sócio produtivo local.

¹¹ Em 14 de dezembro de 2018 a Diretoria de Educação Básica foi extinta, sendo transformada em Diretoria Educação Profissional e Superior (DEPs). Devido ao posicionamento da comunidade do IFSP contrária à reestruturação da Pró-reitora de Ensino, a gestão reconstituiu a Diretoria de Educação Básica em março de 2019.

¹² A primeira versão, que apresentava a proposta de, no mínimo, 70%, está disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/434201_c6995c0f5a1a49608ea61d24375f13d1.pdf. Acesso em: 02 ag.2019.

Uma nova minuta foi disponibilizada para a comunidade considerando o conjunto das contribuições vindas dos *campi*. Entre os apontamentos sobre a primeira e a segunda versão da minuta, contabilizou-se aproximadamente 380 contribuições, que foram devidamente analisadas, incorporadas e/ou justificadas quando não procedentes, até sua aprovação final.

Como resultado, foi publicada a Instrução Normativa n. 002 de 14 de maio de 2019, que prevê a organização dos trabalhos em duas etapas: (1) prioriza discussões centrais sobre o perfil do egresso e objetivos do curso. Para isto deve ser levado em conta a especificidade e a missão do IFSP e da Rede Federal. (2) visa a discussão dos conhecimentos essenciais inerentes a cada componente curricular dos cursos e seus respectivos eixos tecnológicos.

Ressalta-se que a metodologia, desde o primeiro momento da construção dos CRs, prevê a discussão no âmbito das CEICs, tendo em vista que cabe a esta comissão a mobilização da comunidade no processo de discussão dos projetos de curso da educação básica. Acrescenta-se a isto o fato de que o processo exige profunda articulação entre os sujeitos e os saberes do currículo, sem os quais qualquer proposta encontrará resistência na sua efetivação.

Após a finalização e sistematização, o documento dos CRs deverá ser enviado novamente aos *campi* e passar pela aprovação das instâncias colegiadas do IFSP até sua aprovação final.

A despeito do fato da Resolução nº 37/2018 tratar, no caso da Educação Básica apenas dos cursos EMI, justamente pelo acúmulo de discussão sobre os currículos, a IN 02/2019 trata de todos os cursos da Educação Básica, incluindo aqueles na forma concomitante e subsequente.

Vale destacar que a IN 02/2019, ou mesmo os demais documentos que embasam a construção dos CRs no IFSP, não asseguram por si a construção de um currículo concebido a partir e uma concepção democrática de educação. Por esse motivo é imprescindível a apropriação e envolvimento da comunidade em todo o processo, até que seja colocada em prática.

O que se prevê é que após a finalização dos CRs os Projetos Pedagógicos de Curso sejam reformulados. Espera-se que assim os *campi* tenham autonomia para instituir elementos como: componentes curriculares e suas respectivas cargas horárias, ao que se espera, amparados por uma identidade institucional aferida democraticamente por meio dos CRs.

Considerações finais:

No IFSP, o processo de reorientação curricular traz desafios importantes no que se refere à tomada de decisões sobre qual (is) modelo (s) formativos devem prevalecer nos cursos da educação profissional. No contexto da discussão do currículo, as disputas internas por espaço na defesa de propostas, conservadoras ou progressistas, ganham maior dimensão.

Observa-se, ainda, que iniciativas identificadas como padronização do currículo são rechaçadas pela comunidade acadêmica. No entanto, é possível fortalecer a identidade dos cursos, resguardando as especificidades dos *campi* e a autonomia docente, se forem privilegiados espaços de efetiva participação da comunidade escolar na construção dos currículos de referência. O processo pode ser rico e formativo contribuindo para a comunhão de todos em torno do compromisso do IFSP com uma educação que articule trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana.

Entendemos que, além das complexas questões político-pedagógicas, das disputas ideológicas e corporativas que envolvem o tema do currículo, o contexto atual de desestruturação da educação pública no país traz um conjunto de desafios impossíveis de serem enfrentados senão de forma coletiva no campo da luta contra hegemônica. Entre eles, destaca-se a atual Reforma do Ensino Médio, Lei n. 13.415/2017, e a iminente alteração das Diretrizes Nacionais para a Educação Profissional, que podem tornar-se óbices para a organização de um currículo que integre a formação geral e a formação profissional, sem prevalência de uma sobre a outra.

Referências

BRASIL. Lei 11. 892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília (DF): 2008a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm . Acesso em: 20 jul. 2019.

CIAVATTA, M. A. A formação Integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). Ensino Médio Integrado: concepções e contradições. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2012.

DEMO, P. Metodologia científica em ciências sociais. 2. ed. ia científica em ciências sociais São Paulo: Atlas, 1989.

FERRETTI, Celso João. Problemas institucionais e pedagógicos na implantação da reforma curricular da Educação Profissional técnica de nível médio no IFSP. Educ. Soc., Campinas, v. 32, n. 116, p. 789-806, Sept. 2011

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M; RAMOS, M. (Orgs). Ensino Médio Integrado: Concepções e Contradições. São Paulo: Cortez, 2012.

FRIGOTTO, G. Indeterminação de identidade e reflexos nas políticas institucionais formativas dos IFs. In: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. 320 p.

IFSP. Identidade de curso. Disponível em:
https://pre.ifsp.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=82&Itemid=299.
Acesso em 27 jul.2019.

_____. Resolução n. 37, de 08 de maio de 2018. Aprova a construção dos Currículos de Referência do IFSP. Disponível em:
https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/Resolucoes/resolucoes2018/Resol_37_2018_Aprova--a--construo-de-curruculos--de-referncia-para-o-IFSP_08_05_2018.pdf. Acesso em 27 jul.2019.

_____. Instrução Normativa 002 de 14 de maio de 2019. Estabelece diretrizes para a elaboração dos Currículos de Referência dos cursos da Educação Básica e de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Disponível em:
https://pre.ifsp.edu.br/index.php?option=com_weblinks&view=category&id=164&Itemid=549. Acesso em 27 jul.2019.

MARTINS SOUZA, Heloisa Helena T. de. Metodologia qualitativa de pesquisa. Educação e pesquisa, 2004, 30.2. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf>. Acesso em 03 de jun. de 2017.

NADALETTI, Cristiane Letícia et al. A experiência da construção da integração curricular no instituto federal de são paulo... In:. Disponível em:
<<https://www.even3.com.br/anais/snemi/102893-A-EXPERIENCIA-DA-CONSTRUCAO-DA-INTEGRACAO-CURRICULAR-NO-INSTITUTO-FEDERAL-DE-SAO-PAULO>>. Acesso em: 01/08/2019.

RAMOS, Marise. Concepção do Ensino Médio Integrado. Disponível em:
<https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>. Acesso em: 02.ag.2019.

SACRISTÁN, José Gimeno. O que significa o currículo? In: SACRISTÁN, J. G. (Org.). Saberes e incertezas sobre o currículo. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, Danielle de Sousa, NADALETTI, Cristiane Letícia; SOARES, Marta Senghi. O Ensino Médio Integrado a Educação Profissional: Avanços e Desafios. In.: ARAUJO, Adilson Cesar; SILVA; Cláudio Nei Nascimento da. (orgs.). Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafio. Brasília: Ed. IFB, 2017, pp 90-105